

Ruínas, processos subjetivos de assujeitamentos e re-existências na experiência do projeto diálogos em Suape no nordeste brasileiro.

Karla Galvão Adrião¹
ORCID: 0000-0002-7411-425X

Luis Felipe Rios²
ORCID: 0000-0002-0767-7845

Resumo: Este artigo reflete sobre a experiência do projeto Diálogos em Suape, a partir de seus subprojetos: o Ação Juvenil e o Chá com Damas. O mesmo atuou em um solo de ruínas, produzidas no antropoceno do nordeste brasileiro, na região portuária e metropolitana de Recife, a partir de um grande projeto de desenvolvimento econômico nacional que havia sido implementado nos anos 2006-2008. Esta experiência buscou dialogar e atuar nesse território no qual as ruínas sociais e econômicas eram evidenciadas a partir de categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração; particularmente entre as populações de jovens e de prostitutas. Discute sobre os lugares das epistemologias feministas pós estruturais e decoloniais, e suas práticas participativas e comunitárias no debate sobre ruínas e antropoceno no Brasil, a partir dos dispositivos da memória e dos processos subjetivos de assujeitamento. E estes, por sua vez, são percebidos no contexto dos processos grupais do projeto Diálogos, que tomou as artes enquanto mecanismos metodológicos participativos.

Palavras-chave: Antropoceno. Recife. desenvolvimento econômico.feminismo.

Abstract: This article reflects on the experience of the Dialogues in Suape project, based on its subprojects: Ação Juvenil and Chá com Damas. The same acted in a soil of ruins, produced in the anthropocene of the Brazilian northeast, in the port and metropolitan region of Recife, from a great national economic development project that had been implemented in the years 2006-2008. This experience sought to dialogue and act in this territory in which the social and economic ruins were evidenced from categories of race, class, gender, sexuality and generation; particularly among youth and prostitute populations. It discusses the places of post-structural and decolonial feminist epistemologies, and their participatory and community practices in the debate about ruins and Anthropocene in Brazil, from the devices of memory and the subjective processes of subjection. And these, in turn, are perceived in the context of the group processes of the Diálogos project, which took the arts as participatory methodological mechanisms.

Keywords: Anthropocene. Recife. economic development. feminism.

Resumen: Este artículo reflexiona sobre la experiencia del proyecto Diálogos en Suape, a partir de sus subproyectos: Ação Juvenil y Chá com Damas. El mismo actuó en un suelo de ruinas, producido en el antropoceno del nordeste brasileño, en la región portuaria y metropolitana de Recife, a partir de un gran proyecto de desarrollo económico nacional que había sido implementado en los años 2006-2008. Esta experiencia buscó dialogar y actuar en este territorio en el que se evidenciaron las ruinas sociales y económicas desde categorías de raza, clase, género, sexualidad y generación; particularmente entre las poblaciones de jóvenes y prostitutas. Discute los lugares de las epistemologías feministas posestructurales y decoloniales, y sus prácticas participativas y comunitarias en el debate sobre las ruinas y el Antropoceno en Brasil, a partir de los dispositivos de memoria y los procesos subjetivos de sujeción. Y estos, a su vez, se perciben en el contexto de los procesos grupales del proyecto Diálogos, que tomó las artes como mecanismos metodológicos participativos.

Palavras clave: Antropoceno. Recife. desarrollo económico. feminismo.

Introdução

Este artigo traz reflexões sobre uma experiência de pesquisa-intervenção-pesquisa (ADRIÃO, 2014), que atuou em um solo de ruínas, produzidas no antropoceno do nordeste brasileiro, na região portuária e metropolitana de Recife-PE, Brasil. Ruínas estas produzidas a partir de um grande projeto de desenvolvimento econômico nacional que havia sido implementado nos anos 2006-2008. Chamada de “Diálogos em Suape” (RIOS et al, 2015)³, esta experiência buscou dialogar e atuar com/em um território no qual as ruínas sociais e econômicas eram evidenciadas a partir de categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração; particularmente entre as populações de jovens e de prostitutas, a partir de seus dois subprojetos: O “Ação Juvenil” e o “Chá de Damas” (MENEZES, ADRIÃO, RIOS, 2015; MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015). Estas foram experiências que buscaram, a partir da noção de Paulo Freire de “realidade concreta” (1981), tomar o saber das próprias comunidades afetadas como centro de qualquer ação de busca de transformação social. Para tanto, utilizamos bastante de processos grupais e comunitários (RIOS, TEÓFILO, 2015; MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015), metodologias participativas (ADRIÃO, 2014; MACCARTHY & GALVÃO ADRIÃO, 2001) e processos artísticos como ativadores de saúde e cidadania. Apresentaremos em detalhes o contexto no qual os projetos “Ação Juvenil” e “Chá de Damas” vieram a se instalar; traremos informações sobre ambos os projetos, suas tensões, provocações e realizações; e discutiremos sobre os lugares das epistemologias feministas pós estruturais e decoloniais, e suas práticas participativas e comunitárias no debate sobre ruínas e antropoceno no Brasil, a partir dos dispositivos da memória e dos processos de assujeitamentos. Tomaremos como aporte para o debate os processos grupais vivenciados nos dois subprojetos e seus aportes nas artes – através da produção de vídeos - enquanto metodologias participativas de transformação das desigualdades macro e micro estruturais.

O contexto de implementação do Projeto nacional de desenvolvimento econômico na região de Suape-PE

O Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, implementado em varias regiões do Brasil, definidas como centrais e primordiais para um bom desenvolvimento nacional e regional, teve como uma de suas versões nordestinas a constituição de um pólo industrial, uma refinaria e um porto com capacidade para navegação e distribuição de grande porte na região de Suape, em Pernambuco, situada a 60 km da capital do estado, Recife. Considerando um raio dentro da região metropolitana, este projeto atingiu oito cidades de pequeno porte. Dentre elas, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca receberam o maior impacto em forma de construções e alteração em seu meio ambiente. Vivendo do turismo como maior fonte de renda anual, estes municípios (em Ipojuca está Porto de Galinhas, que é uma das praias que são mais procuradas pelo turismo de massa, nacionalmente) assistiram a fortes mudanças em sua forma de conviver em/com suas cidades, do ponto de vista urbanístico e sócio-ambiental. A primeira transformação se deu quando iniciaram as obras do complexo. No contexto da Construção do Complexo Suape, com portos, estaleiros, refinarias de petróleo, petroquímica e outros empreendimentos, houve um incremento das ofertas de postos de trabalho na construção civil, o que provocou a migração de milhares de homens para a região. A população local participou pouco do acesso a esses cargos, que necessitavam de uma expertise específica, embora alguns jovens locais tenham passado por formação básica para atuarem no manejo de máquinas. Entretanto, a população e o comércio informal local começaram a se adaptar a esta chegada de “pessoas de fora” também chamados de “baianos”, ofertando serviços que se fizeram necessários: lazer, alimentação e dormitórios. Assistiu-se a um crescimento desordenado, principalmente na cidade do Cabo de Santo Agostinho, tendo Gaibu como epicentro. A população, vulnerável a um conjunto de agravos à saúde e violações de direitos, grosso modo marcadas em suas emergências por gênero, sexualidade, classe e idade/geração, começou a ser vista como uma preocupação para o conjunto governamental do complexo SUAPE, tendo a indústria PETROBRÁS como sua maior representante (RIOS et al, 2015).

No ano de 2009, a refinaria Abreu e Lima, da Petrobrás, que se constituía no espaço territorial de Suape (Cabo de Santo Agostinho-PE), apresentou à

Universidade Federal de Pernambuco um diagnóstico apontando possíveis perturbações nas condições de saúde da população das cidades de Cabo de Santo Agostinho, com população de cerca de 185 mil habitantes, e Ipojuca com cerca de 80 mil habitantes. Este encontro instalou o início de um processo de negociações no que viria a ser o projeto “Diálogos em Suape”.

A demanda de construção de um projeto de intervenção social local

Como resposta da UFPE, os departamentos de Psicologia e Serviço Social através de alguns núcleos de pesquisa vinculados às suas respectivas Pós-Graduações, construíram uma grande pesquisa-intervenção-pesquisa (ADRIÃO, 2014), com sete sub ações.

O termo pesquisa-intervenção-pesquisa é aqui utilizado porque toma uma perspectiva na qual toda pesquisa é entendida como intervenção e vice-versa, entendendo o processo de pesquisar e de intervir como contínuos, ou seja, questões vão surgindo na pesquisa-intervenção que levam a novas pesquisas-intervenções e assim sucessivamente. Além disso, tinha como bases epistemológica e metodológica trabalhar com metodologias participativas de educação comunitária (FREIRE, 1989), fundadas numa epistemologia feminista pós-estrutural (HARAWAY, 2009), e no modelo da etnografia densa (GEERTZ, 2008).

Essa pesquisa-intervenção-pesquisa buscou, portanto, atuar nas condições de vida, vulnerabilidade, agravos, violações da população, bem como daqueles trabalhadores que se deslocaram para a microrregião de Suape em busca de oportunidades de trabalho. Inicialmente seriam 24 meses de pesquisa-intervenção que foram ampliados para 33 meses, nos quais foram mobilizados jovens, mulheres, trabalhadores do complexo Suape, profissionais do sexo, profissionais em geral, ativistas dos direitos humanos e, mais amplamente, a população dos municípios. Refletia-se em conjunto, numa perspectiva freiriana de pedagogia e intervenção (FREIRE, 1989), sobre o enfrentamento das condições de vulnerabilidade em um diálogo dialógico entre conscientização, conhecimento e politização (RIOS et al, 2015).

Sobre os processos de execução e finalização do “Diálogos em Suape” e seus subprojetos: “Ação Juvenil” e o “Chá de Damas”

O Diálogos em Suape teve como subprojetos o “Ação juvenil”, que trabalhou com a população jovem; a “Caravana da Cidadania” com profissionais de educação, ação social e saúde, e com a população em geral. O “Chá de Damas” atuou com prostitutas e o “mulheres e educação para a cidadania” com mulheres adultas. O “Diálogos com os Homens das Terceirizadas” que, como o nome já informa, trabalhou com os profissionais que construíam o complexo industrial de SUAPE; a pesquisa “Conhecer o Território” e a ação “Observatório Suape”, que tinha como objetivo disseminar informações e recursos no âmbito do projeto Diálogos para o desenvolvimento social em Suape. O Observatório produzia um boletim, uma mala direta para profissionais, autoridades e redes.

Os indicadores de êxito e eficácia geral do Diálogos em SUAPE apontaram que foram acessados 90% dos sujeitos que eram esperados, trabalhando conhecimentos, atitudes e práticas, como um aumento em 50% dos níveis de informação e conscientização sobre os agravos trabalhados e medidas protetivas aos mesmos. Fizemos pesquisas de conhecimento em 2 ondas: antes de iniciarmos as intervenções e após, sobre atitudes e práticas (chamada de PCAP - Diálogos, dentro da sub ação “Conhecer o Território”). Ou seja, como consequência desse processo, mas também como momento anterior à própria entrada em campo, foi identificado o território, as políticas, os programas e os equipamentos sociais existentes nos municípios para podermos desenvolver aquelas ações anteriores, a partir das pesquisas Pcap (RIOS et al, 2015).

Um dos relatos da segunda onda da pesquisa Pcap tratava de uso de preservativos nas relações casuais. Foi identificado aumento em 30%. Outro importante relato tratava do uso de camisinha em parcerias fixas na última relação com aumento de 6,16% (RIOS, TEÓFILO, 2015).

□ Ação Juvenil: arte e metodologias participativas entre jovens

O objetivo central desta sub ação era o de instrumentalizar jovens de 16 a 19 anos, de ambos os sexos e não binários, como lideranças capazes de atuar na produção e disseminação de informações qualificadas nos campos dos direitos da criança e do adolescente, da saúde sexual e reprodutiva, do uso abusivo de álcool e outras drogas e no enfrentamento a agravos de saúde e violações de direitos. Para atingir este

objetivo, foram construídas algumas etapas. Iniciamos com uma sensibilização e conhecimento do território, através do “Curso de Mídias Móveis”, para em seguida entrarmos no processo de formação continuado de lideranças juvenis.

O Curso de Mídias Móveis foi todo pensado tendo como base de trabalho as metodologias participativas nos processos grupais e o uso de recursos artísticos como técnicas e jogos teatrais além da fotografia e do vídeo (MENEZES, ADRIÃO, RIOS, 2015). Além disso, havia uma questão epistemológica de fundo, que era a de trabalharmos com uma perspectiva crítica na qual deveríamos ir ao território, conhecer o território, compreender o que as pessoas do território entendem como questão, o que pulsa mais fortemente, e entender que essas pessoas são as maiores conhecedoras das possibilidades de mudança, de transformação visando justiça social (FREIRE, 1981; FINE et al, 2010; ADRIÃO e MENEZES, 2015). Entretanto, ao mesmo tempo, o projeto precisou ser montando anteriormente a esse encontro com a população alvo, pois havia vindo de uma demanda das instituições proponentes. Então, inserimos o curso de mídias móveis juntamente com a pesquisa “Conhecendo o Território”, através de sua primeira onda, como duas maneiras de acessarmos os desejos e conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que sensibilizávamos a mesma para nossa proposta de ação.

O segundo momento do sub projeto “Ação Juvenil”, de capacitação e formação de lideranças juvenis, viria após esse processo e nele poderíamos realizar ajustes às estratégias de ação, conforme a perspectiva de conhecimento e compreensão local.

O curso de mídias móveis propunha uma formação em mídias e no debate sobre saúde e direitos, tendo como público jovens matriculados nas 14 escolas estaduais de ensino médio das cidades do Cabo e de Ipojuca. Houve uma divulgação da proposta, feita por nossa equipe em cada uma das escolas. Os alunos interessados se inscreviam em uma urna. Caso as inscrições fossem maiores que o número de vagas ofertados, faríamos um sorteio. E foi o que aconteceu. O sorteio foi realizado no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com as secretarias municipal e estadual de educação.

O curso foi realizado em uma escola de referência de Nossa Senhora do Ó, distrito de Ipojuca, no período de férias de julho, com duração de 10 encontros. Durante duas semanas inteiras nossa equipe morou na região. Havia um ônibus que ia buscar, diariamente, os alunos em cada um dos municípios, pequenas

vilas que faziam parte do grande território. No curso trabalhávamos com os dispositivos das câmeras de celular dos alunos, e, a partir daí, eles construíam pequenos vídeos em um processo no qual primeiro traziam o conhecimento prévio sobre o território e, após, iriam reconhecer esse território, estranhando-o (GEERTZ,2008). Dessa forma, pouco a pouco íamos trabalhando os temas dos agravos e violações de direitos, juntamente com o reconhecimento, pelos próprios jovens, dessas questões, no cotidiano e da maneira como eles compreendiam que as questões estavam sendo abordadas no território.

Durante duas semanas a nossa equipe viveu na região. Ela era composta por 10 estudantes de graduação dos cursos de psicologia e ciências sociais, todos bolsistas; 2 estudantes de mestrado em psicologia, bolsistas; 2 profissionais psicólogas bolsistas; e as 2 professoras coordenadoras do projeto. A equipe havia passado, anteriormente, por uma formação de duas semanas em metodologias participativas, nas epistemes feministas pós-estruturais e nas discussões sobre usos das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade e geração.

Após o curso de mídias móveis, 20 alunos foram selecionados, a partir dos critérios de engajamento e dedicação, seguindo critério equitativo de território (ambas as cidades), raça e gênero. Foram convidados a participar da segunda etapa formativa e contratação para início das atividades. Por problemas burocráticos, os 20 selecionados não puderam ser contratados enquanto bolsistas. Quando finalmente o processo de contratação foi resolvido, os jovens já haviam se formado no ensino médio e não podiam ser contratados. Um outro grupo foi selecionado e formado, visando aquisição de conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos, através de encontros dialógicos semanais com a equipe que aconteciam tanto no território, nas cidades do Cabo e de Ipojuca, quanto na universidade, de forma a propiciar ações no território, bem como uma vivência no campus e no cotidiano do departamento de Psicologia, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Os jovens construíram, no processo formativo, alguns produtos que fizeram parte e foram base para outros subprojetos ligados ao “Diálogos em Suape”, como o “Caravana da cidadania”. A intenção aqui era a de atingir a população em geral, tendo os jovens como protagonistas das ações. Os mesmos chegariam “em caravana” no território, numa metáfora alusiva a encontros festivos e grupais. Antecipadamente, eram identificados os espaços interessantes, em cada pequeno vilarejo, nos quais a população circularia durante um dia da semana,

como feiras públicas por exemplo. Então, os jovens, junto com nossa equipe, iam a esses espaços. Era montada uma tenda na qual realizavam atividades lúdicas e interativas, atividades artístico-terapêuticas, e também entrega de materiais de insumos, como panfletos e folders informativos sobre as problemáticas existentes no território após a inserção do complexo industrial e de seus derivados. Acompanhemos a fala de um dos jovens, sobre esse processo:

A gente trabalha com o público juvenil, sai às ruas, distribuindo cartazes, entrega camisinha. A gente pesquisa as pessoas no meio da rua para saber as opiniões delas sobre o mundo, entendessee? Sobre o que é o sexo, o que é o sexo masculino, o que é o sexo feminino. E tudo isso, só para você entender, elas – se referiu às duas mestrandas da equipe do projeto - são quem perguntam. A gente é quem responde! Mas quando a gente pergunta, elas também respondem! O nome do grupo que a gente trabalha é o Ação Juvenil. A gente trabalha se a gente mesmo pode mudar o Brasil que a gente tem, tá ligado? Menos discriminação, menos homofobia. Elas vão perguntando o que a gente acha do Brasil, o que a gente acha das pessoas, aí a gente vai trabalhar com a opinião que a gente tem, entendessee? Se um homem pode dar numa mulher, se um gay, um homossexual, pode ser discriminado. Tudo isso a gente procura achar uma resposta. A gente procura da gente mesmo dentro do curso trabalhar para fora para ver se a gente pelo menos muda essa teoria com essas pessoas, o jeito de ser, para a gente acabar com isso. Sem preconceito, sem discriminação, se você é preto, branco”. (CHARLII, jovem integrante do Ação Juvenil).

Chá de Damas

O Chá de damas tinha como proposta engajar prostitutas adultas dos dois municípios no enfrentamento das DST/AIDS e da exploração comercial de crianças e adolescentes. O mesmo possuía uma equipe interna de quatro estudantes de graduação em Psicologia e em pedagogia, uma técnica representante da associação de prostitutas de Pernambuco e duas coordenadoras, professoras da Universidade, do curso de (MENEZES, ADRIÃO, CAVALCANTI et al, 2015).

Dentre as suas etapas tínhamos: primeiro a realização de uma articulação com gestores e profissionais da região metropolitana para compreender quem já atuava com essas questões e poder, dessa forma, ter mais acesso ao que já vinha sendo desenvolvido para então podermos atuar no território. Além disso, esta

mesma articulação foi feita com algumas profissionais do sexo, que faziam parte da associação de profissionais do sexo do estado de Pernambuco.

Para conhecer as prostitutas e entender como acontecia o comércio, a propagação e as formas de prostituição nesses territórios, a equipe se deslocava no período da noite aos locais do território onde as mesmas atuavam, e distribuía materiais de insumo sobre DST/Aids. Estes materiais haviam sido produzidos tendo como base os dados coletados na primeira parte da pesquisa “Conhecendo o Território”. Nesse momento, a equipe conversava com as prostitutas para compreender como esse território ia se compondo, a partir de suas narrativas. Nesse processo, conhecemos e nos aproximamos também de donos de bares que faziam parte do território de prostituição.

No momento subsequente dessa intervenção, desenvolvemos e realizamos uma série de oficinas com prostitutas travestis e mulheres cis e trans, em um dos espaços onde elas desenvolviam atividade de prostituição. Nestas oficinas elas demandaram que discutíssemos e vivenciássemos temas e questões que eram de seu interesse. Dentre eles estavam questões de saúde e prevenção cotidiana de IST/Aids, de direitos e também questões intersubjetivas sobre a valorização e os preconceitos em torno dessa profissão.

Produções e efeitos nas duas experiências

Tanto na experiência do Chá de damas, quanto na do Ação Juvenil, foram produzidos materiais, mas também livros e capítulos de livros, voltados a diferentes públicos: público em geral, profissionais de saúde e educação, e pesquisadores e acadêmicos. Os mesmos foram publicados pelo Laboratório de Estudos das Sexualidades (Labeshu/UFPE) em parceria com a editora Universitária/UFPE, em duas séries, com distintos volumes. A coleção “*Direitos sexuais: recursos para ações comunitárias*”, agrega materiais voltados para a população em geral (cartilhas) e para os profissionais (manual). Destacamos o “*Temas para o diálogo com agentes de saúde, educação e cidadania*” (RIOS, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015), que pode ser usado como referência para, ao folheá-lo rapidamente, encontrar conceitos e informações qualificadas. Os textos que apresentam reflexão sobre o trabalho nas diferentes ações do Diálogos Suape e de projetos correlatos de parceiros/as no Brasil foram publicados em 6 volumes da série “*Gênero, sexualidade e direitos*”

humanos". Além do relatório final, foram publicados volumes sobre crescimento econômico, desenvolvimento social e gênero, questões relacionadas à população LGBTQI+, HIV/AIDS; uso abusivo de drogas e finalmente um que falava especificamente de como trabalhamos com as metodologias participativas e a mobilização psicossocial⁴.

Finalmente, a população total acessada com os dois subprojetos foi de 265 mil pessoas. A meta era de atingir 90% de 187 mil pessoas. De uma população de 1.260.912 pessoas, estima-se que cada pessoa foi acessada cerca de 7 vezes. No caso do Ação Juvenil, foram acessados 1.564 jovens, indiretamente. Já no "Chá com Damas", 10.768 pessoas foram acessadas indiretamente.

Algumas notas finais sobre ruínas, memória e assujeitamentos

Nossa pretensão, ao apresentar dois subprojetos ligados a um projeto maior que finalizou em 2016, estando há seis anos de distanciamento do mesmo, foi a de colocar em evidência algumas questões que continuaram a ecoar em nós. À época, tivemos como bases epistemológicas teorias da antropologia sobre a etnografia densa (GEERTZ, 2008), das sexualidades como construções e subjetivações contínuas (FOUCAULT, 1995; PARKER, 2000) e teorias feministas pós-estruturais, que tomavam o discurso e as relações de poder micro e macro políticas como centro. A partir destas prerrogativas, buscamos caminhos metodológicos participativos, artísticos e comunitários. As ruínas existentes já se faziam presentes naquele momento, mesmo estando a implantação do complexo Suape ainda em processo.

Pudemos retornar ao local no ano de 2022, por duas semanas, acompanhando um outro projeto de pesquisa-intervenção sobre os efeitos de derramamento de petróleo no oceano brasileiro e nos impactos do complexo SUAPE no nordeste brasileiro, junto a uma equipe de profs. pesquisadores e cineastas das Universidades Federal da Paraíba e da Universidade de Exeter-Reino Unido. Neste momento, conversamos e entrevistamos diversos atores e atrizes, a partir de suas memórias sobre os acontecimentos da época. Através do dispositivo da memória pudemos constatar como as ruínas se instalaram e ouvir um pouco sobre como pequenos projetos como os que coordenamos podem, a despeito da imensa locomotiva capitalista que não cessa de se mover, fazer pequenos furos no sistema opressor. Consideramos que, como a literatura do campo já aponta

(DAWNEY, 2019), os projetos de desenvolvimento econômico ao redor do globo tendem a deixar para trás um rastro de dificuldades para as comunidades nas quais os mesmos foram instalados, aprofundando desigualdades sociais.

Neste sentido, entendemos que nossa escolha por trabalhar com metodologias participativas abriu possibilidades para a expressão das pessoas das comunidades, deslocando processos de silenciamento cristalizados por hierarquias nas relações de poder.

Continuando nessa linha argumentativa, gostaríamos de nos ater a duas questões aqui: a da memória, e a dos processos de subjetivações, ambos como dispositivos de (r)e(s/x)istência, ou seja, de resistência a uma lógica colonial que persiste e que recria situações de ruína, e de existência intersubjetiva à despeito dessas lógicas.

Sobre as questões de memória, sabemos que este é um conceito central no debate decolonial e pós colonial. Particularmente, a busca de seu resgate, de sua recomposição a partir de um lugar fraturado pela ferida colonial. Um lugar que é tensionado desde sua captura pela linguagem colonizadora (JESUS, 2019). Ou seja, quais as possibilidades de acesso e reconstrução de resistência e de existência, se a própria lógica binária da linguagem traduziu a memória para algo que a destituiu da força de nome próprio, sendo transferida para apelido, gagueira? Uma tese de doutorado traz importantes questões a este debate. Defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisou o que aconteceu nessa região em questão, durante o processo do projeto “Diálogos em Suape”, chamada *Memória e Identidade no contexto do complexo Suape* (OLIVEIRA, 2016). Uma delas foi justamente a questão da desterritorialização dos lugares tradicionais, e como esses grupos que foram desterritorializados continuaram lutando na justiça por reconquista. O autor acompanhou esse processo de como a memória e a tradição foram sendo destruídas, colocadas em ruínas e o que foi repostado nesse processo.

No projeto Diálogos em Suape não trabalhamos diretamente com as populações expulsas, mas com as que ficaram no território. Muitas delas tinham a expectativa de que teriam uma melhoria de vida, com a vinda do grande projeto econômico, com a instalação do complexo, de distintas empresas etc. Os jovens falavam muito que tinham uma expectativa de geração de empregos e isso não aconteceu. Na verdade, o que aconteceu foi o contrário. Particularmente a

migração de homens, de pessoas de outros estados e outras regiões do país para ocupar o território e ocupar as empresas já foi um primeiro grande impacto na época, e causou uma mudança territorial muito grande.

Nesta relação, nossas ações tendo como mediação as metodologias participativas e artísticas, partem da noção de corpo como território, o corpo como primeiro lócus de invasão e territorialização por um Estado, pelas políticas, pelos mecanismos de controle (GRAUPEN & ADRIÃO, 2020; HAESBAERT, 2020). Este corpo-indivíduo é atravessado por uma territorialização mais ampla, em uma relação espiralar, micro e macro política, através de suas ações em espaços de constituição intersubjetivas. A algumas destas ações nos remetíamos para trabalhar processos de hierarquização desiguais entre os jovens em suas distintas narrativas.

Um exemplo desses processos eram as tensões entre espaços rurais “mais rurais ainda”, onde o desenvolvimento econômico na forma tomada na região não havia chegado a acontecer. Os mesmos pareciam estar mais “protegidos”, mas ao mesmo tempo sofriam uma hierarquização na qual o fato de serem “menos desenvolvidos” colocava os jovens reconhecidos como pertencentes a estes locais, em um lugar de exclusão, por não poderem acessar os mesmos dispositivos que os jovens que estavam em epicentros das transformações do processo de desenvolvimento econômico. Neste caso, havia uma revisita às lógicas já constituídas de desigualdades entre o urbano e o rural, que já existiam e que vinham a ser potencializadas a partir das noções de ruína e de antropoceno (DAWNEY, 2019).

Entramos, então, na segunda questão trazida mais acima, a saber, a dos processos de subjetivação. Nossa pergunta foi como percebíamos processos de assujeitamento dos jovens e das trabalhadoras do sexo pelo Estado, pelas empresas do polo Suape e pela própria universidade que chegou no território propondo ações e reflexões. Estávamos cientes dos diferentes tipos e níveis de assujeitamento aqui.

Em nossas ações, durante o curso de mídias móveis, juntos aos jovens, estes níveis se entrecruzavam. Tínhamos questões como a que já trouxemos aqui, entre jovens urbanos e rurais; mas também questões sobre acesso aos dispositivos de saúde, como os preservativos e questões de relações de saber-poder entre os jovens e parte da equipe de execução do projeto, também jovem, com pequena diferença de

idade, mas com grandes diferenças de classe e acesso à educação formal.

Sobre o acesso à saúde e a ida aos postos de saúde das comunidades, um dos vídeos produzidos pelos jovens durante o curso de mídias móveis tratava do acesso deles aos insumos de camisinha nos postos de saúde. Os jovens, entre 16 e 17 anos, diziam que se eles fossem ao posto e pedissem camisinha não receberiam sem que tivessem que preencher algum tipo de formulário. Ocorre que eles não queriam se identificar. As profissionais de saúde, por outro lado, diziam que não havia essa tensão. Nesse relato percebemos como as compreensões sobre juventude e sobre livre exercício da sexualidade, que são *tabus* em nossa sociedade, se reatualizam nessas comunidades. Os jovens puderam, nesse caso específico, interrogar diretamente as profissionais de saúde, tomando o lugar de legitimidade de execução de um vídeo, parte de um curso organizado por membros da universidade federal daquele estado.

No caso dos jovens que participaram da segunda etapa de formação do Ação Juvenil, estes circulavam na universidade pública, ao mesmo tempo em que passavam a ter contato de grande proximidade com os jovens da equipe de execução. Percebemos que as questões de assujeitamento eram complexas e com distintos entrecruzamentos. Ao mesmo tempo em que a diferença poderia gerar separação e recusa de envolvimento e troca, posto que trabalhávamos com metodologias que convidavam à proximidade e ao companheirismo grupal, jovens que nunca tinham pensado em acessar a universidade ou o ensino superior começavam a se deslocar em diferentes níveis até este território específico. Recebiam e trocavam informações, passavam por formação teórico-metodológica, visitavam os espaços do campus. Alguns desses jovens começaram a pensar também na possibilidade de tentar fazer uma carreira superior, um caminho que eles não tinham refletido sobre até então. Soubemos, anos mais tarde, que três jovens estavam na universidade e outros dois em Institutos Federais de ensino superior.

Com relação às prostitutas, identificamos como as políticas de migração, que fazem parte dos estudos da literatura sobre a prostituição (BARRETO et al, 2017) faziam sentido naquele território. Essas migrações tendem a seguir um circuito que, naquele caso, partia de outras grandes cidades do interior da região do nordeste brasileiro, chegando às localidades onde há grande concentração de mudanças urbanas, com circulação de pessoas e da economia local. Algumas das mulheres que participaram do “Chá de Damas” relataram as tensões entre assumir

ou não que eram prostitutas fora do espaço de trabalho, ou seja, para suas famílias e grupos de amigos. Durante as oficinas que realizamos, comentavam que tinham orgulho de serem prostitutas, mas que trocavam a roupa antes de voltarem para casa, de forma a ocultar onde estavam. Uma delas contava que saía vestida como funcionária de uma das grandes empresas do complexo Suape, indicando como se servia do próprio dispositivo para, em certa medida, subvertê-lo.

Finalmente, se há um elo, uma linha que costura as ações vivenciadas nos dois subprojetos trazidos aqui neste artigo, é a do trabalho com grupos, através de oficinas. Privilegiando o uso de outros dispositivos que não sejam necessariamente a fala, ou seja, o corpo, o teatro e outros recursos artísticos como fotografia e a construção de vídeos, abrimos espaço para escuta atenta e densa, para construção com deslocamento de hierarquias pré-estabelecidas, para uma “dança das cadeiras” onde giravam memórias, práticas de assujeitamentos e modos de (r)e(s/x)istência e resistência às lógicas opressoras instituídas de classe, raça, gênero, sexualidade e geração. Seguimos acreditando que projetos que partam de bases nas quais a comunidade é senhora de suas alternativas e reconstruções, e que nós, pesquisadores-interventores somos facilitadores do processo de acesso ao conhecimento e às ferramentas teórico-metodológicas que podem auxiliar nesses processos. Autoras como Gayatri Spivak (2010), Gloria Anzáldua (2000) e Paulo Freire (1981), seguem nos inspirando a construirmos juntos, com arte e respiros (GRAUPEN, ADRIÃO, 2020), permitindo que outras possibilidades de expressão possam ser ouvidas, tratadas e reconhecidas: falando em outras e possíveis línguas, permitindo que experiências subalternas possam ser ouvidas, exercendo uma pedagogia de autonomia e liberdade local.

Referências

ADRIÃO, Karla Galvão; MENEZES, Jaileila. Perspectivas teórico-metodológicas do curso de formação em mídias móveis: o recurso audiovisual como dispositivo para participação política juvenil. IN: MENEZES, J.; ADRIÃO, K. G.; Rios, L.F. (Orgs.) **Jovens, câmara, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social**. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. Pgs. 16-41.

ADRIÃO, Karla Galvão. Perspectiva feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção-pesquisa com grupos no campo psi. **Revista Labrys**. jul/dez, Brasília:UNB, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**. Santa Catarina, CFH/UFSC, vol 8, n. 1, 2000.

BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Cláudia; GROSSI, Míriam. Vadias, putas e feministas: diálogos em Belo Horizonte. **Psicologia e Sociedade**. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29159528>, Acesso em 28/11/2022

DAWNEY, Leila. **Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age**. Trans Inst Br Geogr., 2019; pgs. 1–17.

FINE, Michelle; WEIS, Lois; WESEEN, Susan; WONG, Loonmung. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonna (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**, São Paulo: Artmed editora/ Bookman, 2ª edição, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão, CR (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981. p.34-41.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13 reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.3-21.

GRAUPEN, Andrea; ADRIÃO, Karla Galvão. Arteterapia promovendo respiros em tempos de incertezas. **Revista Científica de Arteterapia Cores da Vida**, v. 27, p. 119-129, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, vol: 22, n.48, 2020.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do sec XX in: TADEU, T (org) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

JESUS, Alexandre de. *Mau encontro, tradução e dívida colonial*. Recife: Editora Titivillus, 1ª ed. 2019.

MACCARTHY, Julie; GALVÃO ADRIÃO, Karla. *ARTPAD. Um recurso para teatro, participação e desenvolvimento*. DiFID, UK, Brasil e Peru, 2001.

MENEZES, Jaileila; ADRIÃO, Karla Galvão; CAVALCANTI, Amanda et al, Chá de Damas: intervenção psicossocial com prostitutas em contextos de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento In: RIOS, Luís Felipe... [et al.] (orgs) *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras : a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife: Editora UFPE, 2015, pgs, 99-110.

MENEZES, J. (Org.); ADRIÃO, K. G. (Org.); Rios, L.F. (Org.). *Jovens, câmara, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 278p.

OLIVEIRA, Eniel Sabino de. *Memória e identidade no contexto do Complexo de Suape / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2016.*

PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000. 160 p.

RIOS, L. F.; Teófilo, I. Lições aprendidas: notas avaliativas sobre um programa populacional de promoção à saúde e cidadania em contexto de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Pernambuco. In: RIOS, L. F., LINS, M. B., QUEIROZ, T., TEÓFILO, I.. (Org.). *Diálogos para o Desenvolvimento Social em Contextos de Grandes Obras: A experiência do Programa Diálogos Suape*. 1ed. Recife: EdUFPE, 2015, v. 1, p. 175-193.

RIOS, L. F.; OLIVEIRA, C. (Org.); OLIVEIRA, E. (Org.). *Temas para o diálogo: com agentes de saúde, educação e cidadania*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 82p.

RIOS, L. F.; LINS, M. B. (Org.); QUEIROZ, T. N. (Org.); TEÓFILO, M. I. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. 1. ed. Recife: EdUFPE, 2015. v. 1. 209p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: ed UFMG, 2010. 133 p.